



Universidades Lusíada

Mosca, João

Salazar e a política económica do Estado Novo

<http://hdl.handle.net/11067/5648>

Metadados

Data de Publicação

2007

Resumo

Neste breve texto, pretende-se verificar como as características pessoais de Salazar influenciaram a política económica do Estado Novo. De que forma as suas origens sociais e os seus valores morais, éticos e religiosos resultantes da educação em seminário e das relações com a Igreja, estão reflectidos na política económica. A ênfase deste texto contraria os paradigmas do racionalismo e do papel dos mercados, segundo os quais a evolução das sociedades e da economia dependem de equilíbrios e de ...

This brief text aims to demonstrate how the personal character of Salazar, influenced the economical politics of the New State. How his social origins, moral, ethical and religious values, as result of his education in a religious institution, and his relation with Church, are reflected on his economical politics. The emphasis of this text, contradicts the rationalism paradigm and the role of the markets on which the society and the economical evolution, depend on balance and decisions based on...

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 04 (2007)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-14T19:20:03Z com informação proveniente do Repositório

**SALAZAR E A POLÍTICA ECONÓMICA
DO ESTADO NOVO**

João Mosca
joao.mosca@yahoo.com



Resumo

Neste breve texto, pretende-se verificar como as características pessoais de Salazar influenciaram a política económica do Estado Novo. De que forma as suas origens sociais e os seus valores morais, éticos e religiosos resultantes da educação em seminário e das relações com a Igreja, estão reflectidos na política económica.

A ênfase deste texto contraria os paradigmas do racionalismo e do papel dos mercados, segundo os quais a evolução das sociedades e da economia dependem de equilíbrios e de decisões com base em lógicas de optimização e de racionalidades maximizadoras de utilidades, onde as intervenções exógenas do Estado criam disfunções no funcionamento da “ordem” económica; os ideais do liberalismo assentam na supremacia do indivíduo e o bem-estar colectivo numa soma das satisfações individuais.

Palavras-chave

Salazar / Estado Novo / Política Económica

Abstract

This brief text aims to demonstrate how the personal character of Salazar, influenced the economical politics of the New State. How his social origins, moral, ethical and religious values, as result of his education in a religious institution, and his relation with Church, are reflected on his economical politics.

The emphasis of this text, contradicts the rationalism paradigm and the role of the markets on which the society and the economical evolution, depend on balance and decisions based on optimal logic and useful maximized rationalities where the external interventions of the State create disfunctions on the economical “order”, the ideal of liberalism supports itself on the supremacy of the individual and the collective well being as the result of individual satisfaction.

Key-Words

Salazar / Estado Novo / Economic Politics



1. Introdução

Parece não existirem dúvidas de que a economia é simultaneamente uma ciência e uma ideologia. A instrumentalização da ciência realiza-se muitas vezes em contextos de luta do poder político e económico. A produção das ciências também o é, sobretudo nas sociais e humanas, seja pelo normativismo sempre presente na investigação, como pelos interesses dos financiadores, tanto de agências públicas como de organizações não-governamentais. A história do pensamento económico demonstra-o claramente.

Neste breve texto, pretende-se verificar como as características pessoais de Salazar influenciaram a política económica do Estado Novo. De que forma as suas origens sociais e os seus valores morais, éticos e religiosos resultantes da educação em seminário e das relações com a Igreja, estão reflectidos na política económica.

Salazar e as suas políticas representam o estado de desenvolvimento da sociedade portuguesa à época, condição para que tivessem, inicialmente, aceitação e aplicabilidade. Não obstante, a queda do regime é resultante da luta política de muitos portugueses e dos povos que lutaram pela independência em África, do desajustamento das políticas face ao desenvolvimento do capitalismo em Portugal, das lutas de interesses económicos e as suas representações no poder e do crescente isolamento político e diplomático internacional. O regime não se ajustou às mudanças em Portugal e no mundo, porque estava enraizado em valores conservadores, defendido por um sistema repressivo onde o carisma era utilizado pela máquina de propaganda como símbolo da ética, do patriotismo e dos valores da nação.

Para alcançar os objectivos, o artigo centra-se nos seguintes elementos:

- Política financeira dos primeiros anos.
- Desenvolvimento e industrialização.
- Colonização.

Fica por apresentar uma abordagem sobre o Estado, não apenas na sua concepção organizacional como, principalmente, na relação com a economia e a necessidade do autoritarismo como instrumento de aplicação da política económica. O corporativismo é uma questão fundamental para compreender o Estado Novo.

A ênfase deste texto contraria os paradigmas do racionalismo e do papel

dos mercados, segundo os quais a evolução das sociedades e da economia dependem de equilíbrios e de decisões com base em lógicas de otimização e de racionalidades maximizadoras de utilidades, onde as intervenções exógenas do Estado criam disfunções no funcionamento da “ordem” económica; os ideais do liberalismo assentam na supremacia do indivíduo e o bem-estar colectivo uma soma das satisfações individuais, segundo Pareto.

Para os institucionalistas, a economia não tende para o equilíbrio conforme a teoria neo-clássica, mas depende da gestão dos desequilíbrios através de processos dinâmicos de múltiplos equilíbrios sequenciais. Vários paradigmas que se tornaram dogmas são questionados, como o dos rendimentos decrescentes, referindo-se que a evolução das sociedades pode basear-se em rendimentos crescentes, positivos ou negativos, em função da trajectória histórica. Os usos e costumes, a cultura e religiões, a história, têm uma influência importante no desenvolvimento das sociedades, determinando percursos assentes em sub-óptimos influenciados pelas instituições. O *homo economicus* é apenas uma parte do Homem com complexidades globais e não fragmentáveis, que ultrapassam as racionalidades e os cartesianismos neoclássicos, inclusivamente nas suas decisões económicas.

O desenvolvimento é também resultante do que se designa por dependência da trajectória, isto é, da influência do passado nos seus diversos aspectos. Significa que a explicação da política económica e do desenvolvimento, não deve ser de curto prazo. A influência de um indivíduo ou grupo de pessoas, pode ser explicada quando existe a personalização desses valores no perfil individual, na existência de um regime conhecedor das realidades e que as manipule e seja capaz de impor mecanismos de controlo e de defesa do poder. Os historiadores recusam o estudo da história através da personalidade de individualidades; mas também é certo que existiram homens que influenciaram rumos de povos, pelo menos a curto prazo¹.

De acordo com aquele pressuposto, a compreensão do objecto deste texto teria de possuir como suporte uma análise de longo prazo. Apenas se tecem uns poucos considerandos; é a partir dos fins do século XV que aconteceu um conjunto de fenómenos que influenciaram a estrutura social e económica, que se configuraram rasgos comuns (padrões-tipo) de personalidade, que se constituíram novas elites, que Portugal assumiu protagonismos e reverses na cena internacional. Destes acontecimentos, destacam-se aqueles que se nos afiguram os mais influentes:

- A importância não só das descobertas, como do conhecimento relacionado com a navegação, entre os séculos XV e XVIII.
- A expulsão dos judeus e a Inquisição², com conseqüente perda de um grupo social empreendedor e com valores éticos e morais, que favoreciam o

¹ Na análise histórica, períodos de décadas podem ser considerados de curto prazo.

² A Inquisição iniciou-se em Portugal em 1536.

desenvolvimento e o conhecimento.

- Os acordos económicos (e não só) com a Inglaterra (principalmente o de Methween em 1703), que determinaram relações de dependência derivadas da especialização produtiva e da presença de interesses ingleses nos principais sectores da economia portuguesa. Estas relações repercutiram-se também na colonização, sobretudo em Moçambique, Mosca (2006).
- A colonização que gerou fontes de rendimentos não plenamente utilizados na capacidade produtiva, mas na criação de elites rendatárias e dependentes do Estado.
- O desenvolvimento de grupos de interesse em redor do poder e uma escassa delimitação entre o público e o privado, com relações de transparência duvidosa na busca da maximização de sinergias no triângulo poder – dinheiro – protagonismo mediático.

Além da introdução, o texto tem cinco secções. Na segunda, faz-se um breve enquadramento do contexto do Estado Novo. A terceira secção é destinada à política financeira, que pretendia a estabilização dos indicadores nominais da economia e a organização e disciplina administrativa. A quarta refere-se ao desenvolvimento e à industrialização, numa realidade de predominância de uma economia agrária e de uma sociedade rural. A quinta secção é destinada à questão colonial. Finalmente, esboça-se uma breve conclusão.

Não se pretende uma análise histórica, ou da história económica ou da política económica o Estado Novo. Há já muito trabalho publicado sobre estes temas. Além disso, o autor não é historiador. As referências históricas servem somente para fundamentar a argumentação. O texto nasce apenas da curiosidade de entender a política económica com um enfoque não muito utilizado pelos economistas, de um importante período da história recente portuguesa. Num momento em que as livrarias estão cheias de obras de naturezas diferentes sobre Salazar e o Estado Novo, este é apenas um pequeno contributo. Resta a expectativa de apresentar uma abordagem diferente.

2. Enquadramento

Começa-se por caracterizar brevemente a sociedade das primeiras décadas do século XX, nos seus elementos essenciais, considerando o objectivo deste texto. Era fundamentalmente rural, com população maioritariamente pobre e de relações débeis com a modernidade. A religião possuía uma forte influência nos comportamentos e fazia parte dos mecanismos de controlo social. Os rendimentos da maioria da população eram baixos e vivia-se com grandes sacrifícios e trabalho árduo, sendo portanto a poupança e a capacidade de investimento limitados. A população urbana era diminuta e a industrialização tardia mantinha os cidadãos com fortes ligações à terra e aos hábitos culturais do campo.

É sobretudo a partir da década de 20, com aprofundamento após a II Guerra Mundial, que se assiste a mudanças fundamentais. A reestruturação do capital e a modernização industrial e dos serviços foi acompanhada com uma colonização mais intensiva dos territórios africanos, ao mesmo tempo que a emigração reduzia os efeitos do atraso agrícola (desemprego, pobreza, etc.). As comunicações eram deficientes, não facilitando a saída do autarcismo, o que significa comunidades pouco acesso à informação e ao conhecimento.

O regime político limitava a formação de elites através do acesso à educação e controlava os movimentos migratórios. Os baixos investimentos em infra-estruturas, nas comunicações e o papel da Igreja, reforçavam o isolamento das comunidades. O Estado era um importante empregador e quase exclusivo prestador de serviços básicos o que, juntamente com o caciquismo, reforçava o poder dominador da burocracia sobre os cidadãos.

António Salazar era um produto dessa sociedade. Nascido numa família de pequenos agricultores na Beira Alta (aldeia do Vimieiro, concelho de Santa Comba Dão), onde as tradições e a Igreja tinham uma forte influência sobre os comportamentos sociais e económicos dos cidadãos, fez os seus estudos no Seminário em Viseu, tendo-se formado em Direito em Coimbra. A ascensão profissional e política foi sustentada pelas qualidades intelectuais, espírito de sacrifício, trabalho árduo e nas relações com a Igreja, onde militou no Centro Académico da Democracia Cristã. Iniciou a actividade política formal em 1921 como deputado eleito por esta organização. Era anti-republicano e com grandes simpatias monárquicas, tendo sido acusado, sem condenação, por participar em actividades contra a República. Depois de vários convites rejeitados, foi nomeado ministro das Finanças em 1928. Conheceu em Coimbra o então padre Manuel Gonçalves Cerejeira com quem compartiu a habitação numa “república” de estudantes e de quem se tornou íntimo. Em consequência da disciplina, persistência e organização pessoal, o futuro Cardeal dizia a Salazar como sendo “um animal de hábitos”, Saraiva et al (1998:44).

Segundo Álvaro da Silva Tavares, secretário de Estado da Administração Ultramarina entre 1958 e 1960, a filosofia de Salazar assentava em “Deus e a virtude, Pátria e o seu prestígio, a família e a sua moral, a glória do trabalho e o seu dever”, em Nogueira Pinto (2007:209). Os depoimentos dos colaboradores directos reafirmam, na obra citada, as qualidades intelectuais, a prudência, serenidade e determinação, a preocupação em evitar multidões e protagonismos mediáticos, a sua vida discreta e “modesta”, as preocupações com as dificuldades dos seus colaboradores, o trato calmo e cordial, a sensibilidade para as artes, a religiosidade, a fé em Deus, etc. É a relação destes rasgos de personalidade e formação com as políticas económicas do Estado Novo que se pretende analisar neste texto, designadamente o nacionalismo e o protecçãoismo político e económico, a ideia de soberania mesmo que “orgulhosamente só”, a centralidade do poder, a missão evangélica ultramarina e o conceito imperial de nação, a preocupação doutrinária como alternativa ideológica às correntes liberais e comunistas.

Quando Salazar assume a chefia da Presidência do Conselho em 1928, o contexto político e social interno era favorável para dar continuidade à ditadura implantada após o golpe de Estado. O desemprego e a inflação, o défice e a dívida pública, a desorganização e “desordem” do Estado, a pobreza e o descontentamento popular, permitiam uma base social ampla que facilitava a mudança. Internacionalmente, existiam condições para regimes autoritários com diferentes matizes (fascismos em Espanha e Itália e autoritarismo comunista na União Soviética). A guerra civil espanhola, a conflituosidade social e o surgimento do primeiro país socialista, faziam do anticomunismo um estandarte de salvação dos valores e da moral civilizacional.

Este contexto extremado pode servir, para alguns, como justificativo para as primeiras medidas financeiras severas e para a edificação de uma burocracia e de um regime também ele radicalizado. Salazar, o mago das finanças, era tido pelas elites de então como o homem capaz de manter a ordem, a disciplina, a eficácia e transparência do Estado, uma diplomacia em defesa dos interesses nacionais e construir uma nação imperial. Para muitos, encarnava a síntese dos valores da civilização e da pátria; seria mesmo um “enviado”³, conceito antropológico com grande receptividade em sociedades que esperam pelos messias e, no caso, pelos sebastiões. Era também um doutrinário⁴.

3. A política financeira

Dos parágrafos anteriores importa retirar as seguintes observações para a análise que se pretende: (1) baixo rendimento *per capita* e portanto pouca ou nenhuma poupança, baixo consumo das famílias e pobreza; (2) produtividade reduzida que, juntamente com a emigração, facilitava a utilização de tecnologias intensivas em trabalho, criando obstáculos à modernização da economia; (3) os rendimentos resultavam do trabalho árduo e sacrificado, persistindo o que se denomina como a auto-exploração familiar⁵; (4) a maioria da população vivia em comunidades rurais fechadas e com fraca mobilidade física, baixa formação e poucas perspectivas de desenvolvimento.

A política económica até finais da década dos anos 40, possuía as seguintes características:

- Controlo dos gastos públicos e equilíbrio orçamental. As reservas de ouro

³ António da Cruz Rodrigues (1988), na página 44 afirma: “Salazar foi então o agente do Destino, o homem providencial...”.

⁴ Em debate político, Salazar tece os seguintes prevenções: “Eu pergunto se na alma dos que dizem acompanhar-nos há o amor da Pátria até ao sacrifício, o desejo de bem servir, a vontade de obedecer – única escola para aprender a mandar – a necessidade viva da disciplina, da ordem, da justiça, do trabalho honesto” Franco Nogueira (1977: 82).

⁵ Este conceito é bastante utilizado por economistas e sociólogos rurais, para referir o trabalho familiar não remunerado e cujas explorações agrícolas persistem economicamente à custa do baixo nível de vida das famílias.

eram sinónimo de fortaleza das finanças e da moeda, estabilidade financeira e boa gestão.

- Contenção dos gastos familiares e controlo da inflação, obtido principalmente pelos salários e gastos públicos reduzidos, condição importante para manter os níveis de vida da população e controlo da procura interna.
- Importância relevante do Estado na economia e na sociedade.
- Protecção e encerramento económico como reflexo do nacionalismo político, para evitar o investimento e o domínio da economia portuguesa por interesses externos.
- Isolacionismo político que se reflectiu no relacionamento desconfiado com Espanha (não obstante a posição de Portugal durante a guerra civil), na relação sobranceira de Salazar com Franco (por motivo da escassa cultura deste) e nos receios do estreitamento de relações com os EUA, não só devido ao seu poder económico como pelas posições de Washington em relação à colonização⁶. Estes são elementos que determinaram a intermitente posição de Lisboa relativamente à adesão ao Plano Marshall⁷ e os reduzidos fundos recebidos, nos momentos em que Lisboa manifestou desejo de participação directa. Estaria esta posição também relacionada com os receios da perda de soberania⁸?

O controlo orçamental e da inflação norteavam políticas restritivas com sacrifício do consumo privado (e portanto com penalização sobre o nível de vida dos cidadãos) e na prestação de serviços do Estado, que se reflectem na seguinte

⁶ Numa carta dirigida por Salazar ao embaixador português em Bruxelas em 1963, afirma a este respeito: “Foi no decorrer destes acontecimentos que tivemos o desprazer de conhecer as declarações do Senhor Spaak (ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica) na ONU. As razões que lhe apresentou não puderam convencer-nos: “ficámos aliás confirmados na opinião que tínhamos de ser nesta parte do seu discurso encomenda americana”. Mais adiante acrescenta: “Há uns tempos que os americanos nos não combatem directamente e se servem dos seus amigos e associados para nos atacarem”. E ainda diz: “Bem sabemos que trabalha mãos nas mãos com os americanos para salvar interesses económicos no Congo; ao Dr. Correia de Oliveira confessou tentar distribuí-los em proporções iguais – fifty, fifty. Está bem e nada temos com isso. A questão é saber quanto podem valer esses fifty se Angola cair no caos como caiu o Congo.”

⁷ Portugal teve sempre posições dúbias e variáveis em relação à sua integração no Plano Marshall. Primeiramente recusou o apoio financeiro alegando a estabilidade e a saúde da economia portuguesa; posteriormente, para fomento da industrialização, nos princípios dos anos 50, as tentativas de entrada no Plano não foram correspondidas com os volumes financeiros solicitados por Portugal. Segundo Rosas e Brito (2006: 739), apesar dos recursos reduzidos, estes foram importantes para o despegue industrial e a construção de algumas infra-estruturas, para o equilíbrio da balança de pagamentos, para a abertura da economia portuguesa e para a introdução do planeamento económico através dos Planos de fomento, o primeiro dos quais vigorou entre 1953 e 1958. Os EUA estavam particularmente interessados em Portugal, como consequência do avanço do bloco socialista na Europa após a II Guerra e considerando a posição geográfica de Portugal. Para uma leitura aprofundada deste assunto veja-se o livro de Fernanda Rollo (2006).

⁸ É conhecido que a ajuda alimentar americana no pós-guerra, tinha como contrapartida a construção de bases militares em território dos países receptores.

afirmação de Salazar, já em 1923: “sob o ponto de vista nacional, não são as despesas públicas que se torna necessário reduzir, mas as despesas privadas, e pouco importa mesmo retirar despesas do Estado para as pôr em quantitativo igual a cargo dos particulares: a economia nacional pagá-las-ia igualmente”, em Guerra (2004: 12).

A disciplina no exercício da função pública, as reformas administrativas e o apelo ao trabalho e ao sacrifício, faziam parte das bases éticas e morais que veicula como condição para o êxito da política orçamental. Num discurso a que se referia ao comportamento positivo da economia portuguesa, particularmente no que se refere às contas públicas, Salazar referia em 1930: “muitos dos números que aí se vêem são lágrimas, são miséria, são dor, preço alto do resgate pago sem resistência ou azedume – que digo? Quase alegremente, por cada um, para a salvação de todos ...” em *Salazar. O Pensamento Intemporal*, pp. 18, de Ruy Guerra. Franco Nogueira (1977: 12) afirma e cita Salazar acerca do mesmo: “Para resolver este (problema financeiro), tem de praticar-se “uma política impopular”. E que suporta sacrifícios: “podem e devem fazer-se esses sacrifícios?”. Responde: “Eu reputo-os imprescindíveis; direi mais, eles têm de fazer-se”. E cumpre ser claro: “não tenhamos ilusões: as reduções de serviços e de despesas importam restrições na vida privada, sofrimentos, portanto. Teremos de sofrer em vencimentos diminuídos, em aumento de impostos, em carestia de vida. E isso que é? “É a ascensão dolorosa de um calvário. Repito: a ascensão dolorosa dum calvário. No cimo, podem morrer os homens, mas redimem-se as pátrias”.

Muitos autores consideram que foi esta política financeira que permitiu a Portugal uma maior resistência aos efeitos da Grande Depressão, comparativamente com o sucedido em outras economias europeias. Portugal possuía então uma situação financeira estabilizada. Com uma economia bastante fechada, a importação da inflação foi atenuada; os investimentos estrangeiros não dominavam a economia portuguesa e, por isso, a realocação industrial e a queda da procura teve efeitos menos violentos. Existia mesmo sobre-produção em alguns sectores produtivos.

O rigor das finanças mantém-se até à década dos anos 50, com alguns períodos de ligeira pressão inflacionista⁹. Depois de finais desse período, o desenvolvimento teve lugar e sobretudo com a guerra colonial, os gastos e investimentos públicos aumentaram. Sem desequilibrar as finanças e orientado pelas prioridades definidas nos planos de fomento, o reforço do Estado incidiu na construção de infra-estruturas, na criação de fundos para o desenvolvimento de alguns sectores, na electrificação, em obras agrícolas e na colonização.

⁹ Ao longo de quase três décadas, as finanças portuguesas estiveram controladas em termos dos equilíbrios nominais, como consequência da continuidade das políticas restritivas, do primado das finanças sobre a economia, das limitadas políticas desenvolvimentistas e da gestão austera da administração pública. Dos períodos de maior tensão, destaca-se o de após a II Guerra, em 1948, principalmente como consequência de um crescimento das importações (incluindo de bens alimentares) e redução das exportações, que tiveram efeitos sobre a estabilidade cambial, a taxa de juro e a inflação.

A acção de Salazar como ministro das Finanças tinha como estratégia o poder. A sua conduta vigorosa na normalização financeira, as reformas administrativas e a “ordem” imposta levariam Salazar ao cargo de presidente do Conselho.

4. Desenvolvimento e industrialização

Uma das críticas que se fazem ao Estado Novo, pelo menos durante as primeiras décadas, é o da política económica não ter sido desenvolvimentista. O primado dos equilíbrios nominais macroeconómicos era o objectivo central. O desenvolvimento implica gastos públicos, serviços aos cidadãos (educação, saúde, etc.), infra-estruturas, abertura económica, industrialização, capacidade de investimento e, portanto, poupança, aumento dos rendimentos e do nível de vida das famílias. Face ao desenvolvimento capitalista da altura e ao apetrechamento em infra-estruturas e serviços aos cidadãos, o desenvolvimento exigia investimentos públicos, o que poderia conflitar com a estabilidade financeira.

A industrialização significava também a emergência de elites económicas e da acumulação do capital socialmente mais concentrado, o que era contra a “mediania colectiva em que não são possíveis nem os miseráveis nem os arquimilionários” (Rosas, 1986: 157), citando António Ferro, ideólogo do regime. Os valores morais do campo constituíam a base de estabilidade social; contrariamente, o cidadão é “a encarnação do próprio egoísmo”, Rosas (1986:157). Uma vida de simplicidade, de costumes e de sentimentos tradicionais, de trabalho e de equilíbrios sociais, constituíam os alicerces morais que se enraizavam na defesa da agricultura e no poder da Igreja, num claro discurso fisiocrata tardio.

Desenvolvimento significava na década dos anos 30 e 40 do século XX, em período de crise, guerra e de pós-conflito, alinhamento de política externa que Salazar procurou evitar em coerência com o nacionalismo. Internamente, existiam pressões para a implementação de reformas e de incentivos à industrialização, electrificação e construção de infra-estruturas; no debate e disputa com os ruralistas, sobretudo os agricultores alentejanos, estes encontravam em Salazar o principal aliado. Apelava à conservação dos valores espirituais, contra os que viam “na essência da evolução das sociedades somente os interesses económicos”, em discurso de Salazar no I Congresso da União Nacional em 1934, respondendo ao “industrialista” Araújo Correia, Rosas (1986, 156 e 157).

Assim nasce o conceito de desenvolvimento harmonioso e prudente, de que o Estado é o principal promotor. Harmonioso de forma que o campo e a agricultura não perdessem a centralidade económica e social, sem destruição das estruturas agrárias e sociais, dos seus valores, e sem o perigo da urbanização descontrolada, do desemprego e do domínio dos monopólios. É o que se designa por industrialização condicionada, ou contenção da industrialização, ou o desenvolvimento controlado.

Rosas (1996:280), reportando-se à terceira década do século XX, refere os

dilemas do regime no quadro do desenvolvimento. Destacam-se os seguintes:

- “Políticas de protecção e fomento industrial procurando não afectar os interesses agrários.
- Medidas de maximização da produção e dos lucros da grande agricultura tradicional, sem tocar na estrutura fundiária.
- Políticas de fomento colonial, mas sem excessiva subordinação a uma estratégia subordinada de desenvolvimento integrado”.

O desenvolvimento significava também, por um lado, a necessidade de crescimento e de acumulação do capital, das pressões dos grupos sociais interessados e, por outro, uma ameaça aos alicerces do Estado Novo; poderia representar, segundo os ideólogos, rupturas de alguns valores morais e éticos; a abertura da economia contrariava o nacionalismo político e económico; poderia significar uma possível influência das ideias liberais e do comunismo; implicaria a emergência de novas forças sociais influentes, o que obrigava à reformulação das alianças e a secundarização das classes que encarnavam os valores do regime. Receava a formação de interesses económicos que dominassem o aparelho de Estado¹⁰.

Estes receios podem suportar a fundamentação de alguns autores quando se referem ao papel “retardador” das políticas do Estado Novo, com vista a preservar a paz social, com políticas de “estagnação programada” num modelo contrário do keynesianismo¹¹, muito utilizado na época. Assim se compreende a permanência durante décadas em gavetas ministeriais de planos de infra-estruturas, tanto em Portugal como nas colónias¹²; para além das restrições financeiras, existiam os medos acima referidos.

O capital industrial aliado ou em fusão com o financeiro pretendia a reestruturação das relações de força políticas e de representatividade nas burocracias. Porém, os interesses industriais não eram homogêneos; o desenvolvimento implicava conflitualidade entre sectores económicos, entre a metrópole e as colónias, entre o capital e o trabalho. É comum a tese de que se procuravam sempre equilíbrios sociais em defesa da ordem e da estabilidade; “O Estado Novo repousa numa situação de equilíbrio instável entre forças sociais

¹⁰ Durante a primeira metade do século, parece não ser fundamentado falar-se de interesses monopolistas e que o Estado constituía o instrumento para a concentração do capital desprotegendo a concorrência e os agentes económicos de pequena e média dimensão. Estas teses refutam a análise do ruralismo e da industrialização e dos conflitos entre si. Defender esta tese, é esquecer os elementos institucionais e as relações de classe então prevalentes, assim como as concepções de desenvolvimento e de controlo do Estado de Salazar. É não dar importância ao papel do presidente do Governo no contexto do regime de corte autoritário e, finalmente, não considerar o perfil pessoal bem como a sua formação moral e ética.

¹¹ Pode-se verificar a fundamentação desta ideia em Rosas (1986).

¹² Por exemplo, as obras de irrigação do Alentejo incluídas no II Plano de Fomento estavam já previstas no Plano de 1936, vinte anos atrás, Baptista (1993: 76). O regadio do Limpopo em Moçambique e a barragem de Macarretane, que Salazar mandou construir em 1951 tinham sido projectadas em 1924 e 1925, Mosca (2006: 60).

e económicas de estratégias contraditórias na classe dominante”, Rosas (1996: 279).

Os industrialistas argumentavam a necessidade de modernização da economia e do desenvolvimento. A discussão sobre o papel da indústria não era consensual nem o governo manifestava excessivas simpatias sobre as ideias dos empresários e engenheiros manifestados nos princípios da década dos anos 30¹³. A indústria ganhou um grande impulso no período da II Guerra pelo incremento das exportações para os países em conflito, acumulando reservas em ouro e uma situação financeira cómoda, tanto das contas públicas como do sector privado. O pós-guerra alterou a importância da indústria fornecedora de bens associados à logística, sendo então necessário reestruturar o sector e ampliar as exportações para as colónias.

Surge a Lei do Fomento e Reorganização Industrial em 1945, que pretende diversificar a indústria da tradicional vinculação à agricultura, integrar Portugal na Europa reduzindo a dependência das colónias e modernizar o sector e os empresários. Segundo Brandão de Brito (1988: 223, 224), “a proposta de lei manifesta-se claramente contra a especialização sobretudo se ela significar a ruralização do país; contra a modéstia da pequena dimensão e do trabalho caseiro; contra a protecção pautal excessiva, geradora da ineficiência da produção interna”. Porém, existiram resistências na implementação e muitos ministros da economia se sucederam em pouco tempo. O império era, uma vez mais, o eixo do debate: “É à luz deste critério com a visão ampla das matérias-primas de que dispomos em África e das possibilidades futuras de absorção dos mercados coloniais que se terá de equacionar o problema da actividade portuguesa” Daniel Barbosa, citado por Rosa e Brandão de Brito (1986:468). Os interesses agraristas e o nacionalismo também estavam presentes: “a nossa iniciativa de industrialização deve orientar-se no sentido nacional, procurando as linhas de menor resistência nas espécies e nas modalidades que estejam mais de acordo com os meios à nossa disposição e com a natureza, fundamentalmente agrária, da nossa economia”, *idem*, pp. 468.

Na realidade, os investigadores referem que apenas com os planos de fomento existiram tentativas de uma estratégia de industrialização, embora, em todos eles, as bases fundamentais da política económica estivessem presentes: o nacionalismo com aberturas moderadas, as relações com as colónias, o primado do equilíbrio financeiro, a importância da agricultura e a prioridade do mercado interno. Mesmo o II Plano de Fomento não reflecte as tendências e os desejos de inovação da política económica, manifestadas pelas elites dos economistas e da indústria portuguesa reunidas em Congresso em 1957¹⁴.

¹³ Veja-se documentos relativos ao I Congresso Nacional de Engenheiros (1931), ao I Congresso da Indústria Portuguesa (1933), sobre a Lei de Reconstituição da Economia de 1935.

¹⁴ “Como apresenta Salazar o Plano (de Fomento)? Não quer fugir aos princípios da propriedade privada, da iniciativa individual, da liberdade da economia: mas a grandeza das tarefas colectivas impõe, embora apenas como estímulo, a título transitório, algum auxílio estatal. Convém por outro lado ser realista nas ambições; a destruição da estabilidade financeira e monetária, o recurso excessivo ao crédito externo, o desequilíbrio social, podem comprometer a independência política

A história da industrialização até finais da década dos anos 50 não permite consensos sobre as estratégias económicas. Alguns referem que o Estado Novo foi um elemento retardador em consequência, por um lado, da prioridade da agricultura e, por outro, das políticas financeiras restritivas. Outros, argumentam que existia uma estratégia baseada no princípio do desenvolvimento condicionado, através do abaratação das taxas de juro e de políticas creditícias, do proteccionismo “equilibrado”, da contenção salarial com o objectivo de reduzir os custos de produção, maximizar os lucros e manter o custo de vida baixo. Para o efeito, era necessário manter a agricultura extensiva de baixo rendimento e tecnologicamente atrasada (a produção de trigo, é o exemplo desta política¹⁵), para controlar os preços ao produtor e manter o custo de oportunidade do emprego. Ou não será essa a razão, por exemplo, do subdesenvolvimento do Alentejo ou da industrialização da cortiça no norte do país¹⁶?

Com a industrialização iniciou-se a formação de um operariado em redor das principais cidades, de quem se recebiam movimentos de protesto. Para assegurar a “paz social”, aplicou-se um conjunto de medidas, como o salário mínimo e o subsídio de desemprego, sustentou-se os preços dos bens essenciais, as fábricas deveriam possuir cantinas, creches e postos médicos, construíram-se bairros sociais, sistemas assistenciais privados, etc., Rosas (1986:122). Simultaneamente, proibem-se os sindicatos (1933) e perseguem-se os activistas políticos. Estas multi-facetadas da política social garantem que os operários das grandes empresas possuam benefícios da sua condição de classe, comparativamente com os trabalhadores rurais e de outras actividades económicas. Estava em curso o que, em linguagem marxista, se denomina por constituição da aristocracia operária.

A política agrária do Estado Novo é um elemento essencial para compreender a industrialização. Não sendo objectivo aprofundar este tema, destacam-se os seguintes:

da nação. Depois há que procurar uma integração das realizações em si e entre as do Continente, “*Ilhas e Ultramar*”: o objectivo é “formar no espaço português uma economia nacional”. Mas há que excluir por sistema o concurso de capitais estrangeiros? Não: todavia, importa nunca largar de mão as posições-chave e agir de modo que a economia da Nação obedeça sempre a um comando nacional. E esses capitais, na situação actual, têm de ser sobretudo americanos e isso porque “*a Europa empobreceu com as suas guerras e o seu socialismo*””, Nogueira (1980, Vol IV: 297).

¹⁵ A campanha de trigo foi um dos programas de sucesso e de suporte do regime, sobretudo nos anos 30. Os apoios a esta cultura iniciaram em finais do século XIX e permaneceram, de diferentes formas, até aos anos 60. A comercialização do cereal era totalmente estatizada até finais do século XX. A aliança com os latifundiários alentejanos e o aumento da produção (com alguns períodos de crise) eram importantes em épocas de fome e pobreza em Portugal e na Europa. Embora alguns autores, por exemplo Rosas e Brito (1996), refiram que a importância real da campanha de trigo tenha sido inferior àquela que se lhe atribui, foi também incentivadora da indústria a montante e jusante da produção e, contribuiu, paradoxalmente, para a alteração do poder de forças sociais, com benefício para os industrialistas. Para um estudo aprofundado da campanha de trigo, veja-se por exemplo Oliveira Baptista (1993).

¹⁶ Contrariamente, existem estudos que referem a vantagem da localização da indústria corticeira a norte pela proximidade do mercado consumidor. Mas se não houvesse o subsídio ao transporte da cortiça essa vantagem persistiria?

- A funcionalidade entre os modelos de industrialização e a agricultura intensiva em trabalho, para corresponder com a baixa capacidade de investimento do empresariado nacional e a sua pouca modernidade.
- A sustentação de uma suposta independência com a tentativa do mercado interno de produtos alimentares ser abastecido principalmente com a produção nacional.
- A eliminação das revoltas camponesas através da colonização interna e a construção de obras de regadio e os múltiplos subsídios a produtos (uma vez mais o exemplo do trigo como símbolo desse objectivo).
- A preservação de uma base social tradicionalmente conservadora e baluarte dos valores em que assentava o regime e a formação pessoal do presidente do Conselho.

É reconhecida a habilidade de Salazar estabelecer alianças de sustentação do poder com três pilares fundamentais: os ciclos da direita ideológica, a Igreja e os interesses económicos. Porém, pode-se admitir que Salazar preferiu sempre a aliança com os interesses rurais por diferentes razões, principalmente porque: a triangulação negocial com a Igreja era mais consistente, reforçando o papel desta na sociedade e na acção evangelizadora; por outro lado, o Estado Novo contava com a legitimação da presença portuguesa nas colónias por parte da Santa Sé; os valores representativos do regime tinham maior corpo na ruralidade, seja dos latifundiários como da pequena exploração familiar no norte do país. O medo da perda dos direitos da propriedade privada com um regime comunista fazia parte da propaganda anti-comunista.

Pode-se sugerir que as forças resistentes às transformações eram importantes nos equilíbrios do poder, não tanto em termos económicos como sobretudo no plano ideológico, na defesa dos valores e de lealdade ao poder, o que justificava uma representatividade e influência desproporcional comparativamente com o peso do sector na economia. Desta forma, pode-se sugerir que o crescimento do capitalismo realizou-se mais pela própria natureza de reprodução do capital que por políticas económicas incentivadoras.

Porém, os industrialistas não eram hostis a Salazar; eram necessários apoios do Estado e isso reclamavam. Nesse sentido, o discurso dos industriais está em consonância com a plataforma ideológica. Diferenciavam-se ligeiramente quando apelavam para ajustamentos sobre o papel do Estado como promotor do sector (e não de condicionamento) e sem ser concorrente com a iniciativa privada e defendiam um proteccionismo “no quadro de um nacionalismo económico equilibrado”, Rosas (1996:126). Estavam de acordo com a reserva do espaço colonial como mercado e zona de expansão do capital e apoiavam a política de estabilidade financeira. Esta é a eterna incapacidade do empresariado nacional de se desenvolver sem a paternidade, os apoios e a protecção estatal, dificultando a criação de uma economia competitiva. A defesa de um Estado intervencionista, forte e rico (à imagem do príncipe rico dos séculos XV a XIX), tem as raízes no

mercantilismo da época dos descobrimentos quando o Estado era importante para a conquista, defesa dos entrepostos comerciais e protecção dos mercados; em pleno século XX, a terminologia é diferente mas o conteúdo semelhante.

As mudanças eram muito lentas; e esta é uma das críticas referidas por alguns dos colaboradores directos de Salazar: a dificuldade de ajustamento à evolução das realidades. João de Matos Varela¹⁷, no seu depoimento no livro de Nogueira Pinto (2007: 122), afirma: “O grande pecado do Estado Novo, a causa remota da sua queda (porque a causa próxima proveio, como todos sabem, da guerra do Ultramar), foi a sua incapacidade de adaptação às novas exigências ideológicas consolidadas no período pós-guerra. Por falta da flexibilidade necessária, o regime estagnou em pontos fundamentais com o Doutor Salazar, em grande parte devido à nefasta influência dos círculos mais chegados à Presidência do Conselho”.

É só na década de 60 que se verifica uma alteração substantiva na política económica. A partir de finais da década dos 50, houve a necessidade de introduzir reformas¹⁸. Reduzir o nacionalismo, destacando-se: a abertura à entrada de capitais não portugueses; reformas na colonização; diplomacia activa e integração em organizações internacionais (NATO em 1949¹⁹, ONU em 1955, EFTA, 1959, BIRD e FMI em 1960, GATT em 1962, entre outras); reforço de alianças militares, sobretudo em África²⁰. Com os recursos vindos de organizações internacionais, uma conjuntura externa favorável, com a abertura comercial, a entrada de capitais não portugueses e a recuperação ou aprofundamento das alianças políticas, Portugal viveu um período de progresso e crescimento económico. A economia, muito impulsionada pela indústria, cresceu em média a 7% durante a década de 60. Porém, aquando do 25 de Abril, vivia-se um novo ciclo de, no mínimo, estagnação do crescimento: a guerra colonial, a conflitualidade social,

¹⁷ Foi ministro da Justiça entre 1954 e 1967.

¹⁸ Um conjunto de aspectos forçaram as reformas, nomeadamente:

- A evolução do capitalismo em Portugal e a consciência que a política económica do governo constituía mais um entrave que um facilitador à expansão do capital, fazendo emergir o desejo de mudança governativa pelos grupos sociais pró industrialização.
- As pressões internacionais para a democratização e descolonização e o quase total isolamento diplomático português.
- O início das independências e posteriormente, da guerra colonial e a conseqüente necessidade de alterações fundamentais na política económica.
- A consciência social do atraso económico e o aumento da repressão aumentou, o que é comprovado com o crescimento das manifestações e da luta social, como por exemplo, o assalto ao paquete Santa Maria, as eleições presidenciais com Humberto Delgado e o assassinio deste, a deserção à guerra colonial de milhares de jovens, a recuperação de Goa, Damão e Diu pela Índia, as independências em África.

¹⁹ A entrada de Portugal na NATO não foi unânime no Governo e no seio da elite política. Portugal recebia pressões internacionais em sentido favorável e desfavorável à adesão. Depois de avanços e recuos nas negociações, Portugal aderiu com grande interesse dos EUA. A ameaça comunista e os interesses diplomáticos por um lado e a importância geo-estratégica de Portugal e dos Açores por outro, contribuíram para a concretização da adesão, mesmo sem que fossem consideradas as condições colocadas inicialmente por Salazar.

²⁰ São conhecidas as alianças militares com os regimes da Rodésia do Sul e África do Sul.

o choque da crise do petróleo, a não concretização na constituição de um mercado único português conforme o desejado através dos planos de fomento e o enfraquecimento da EFTA face ao avanço da CEE, foram factores influentes na situação da economia portuguesa na parte final do Estado Novo.

5. A questão colonial

O conceito de império estava presente na ideal de Estado e nação de Salazar²¹. Numa primeira fase, suportada pelos ideais de missão evangelizadora com o mito de grande nação assente na dimensão territorial; também como respeito pelo legado das epopeias marítimas, ainda hoje, à boa maneira nostálgica, símbolo do orgulho luso e ícone de muitos eventos e representações nacionais²². Para além de tudo, as colónias constituíam o espaço suficientemente amplo para o desenvolvimento no quadro da jurisdição nacional em defesa do nacionalismo, com o repetido receio pela influência estrangeira, a perda de soberania e a penetração de valores éticos e morais de sociedades com maiores níveis de desenvolvimento e modernidade.

Estas são as razões de ideário, de concepção de Estado assentes na ideologia dominante, que justificam as políticas coloniais do Estado Novo, algumas das quais se apresentam a seguir.

Embora presente, a política de condicionamento do desenvolvimento teve nas colónias particularidades. Os dilemas principais eram os seguintes:

- As ameaças de outras potências, sobretudo a Inglaterra e a Alemanha, cujas disputas territoriais se prolongaram até à II Guerra.
- A pressão internacional desde a Conferência de Berlim (1884-1885) para a efectivação da colonização sob a ameaça de perda de soberania sobre os territórios.
- Do desenvolvimento das colónias poderia emergir elites independentistas, portuguesas ou locais.

Em resumo, se desenvolver era condição para fazer face às pressões internacionais e importante para o desenvolvimento de alguns sectores em Portugal, constituía também uma ameaça à integridade nacional, tanto pela emergência de elites nacionalistas como em consequência do desenvolvimento capitalista com conflitos de interesses com os da metrópole. Tem também aqui

²¹ O Acto Colonial, aprovado em 1930, tinha, segundo Salazar, quatro elementos fundamentais: “a ideia de império, a maior concentração de poderes (quer no governo central, quer nos governos ultramarinos), a forte reivindicação da de ordem nacional e a integração das colónias na unidade pluriforme da Nação portuguesa”, em Rosas e Brandão de Brito (1986: 21).

²² George Ball, secretário de Estado adjunto da administração de Kennedy, depois de uma entrevista com Salazar, refere-se a este nos seguintes termos: “um homem com encanto e urbanidade, muito rápido mentalmente e lúcido, extremamente conservador, profundamente absorvido por uma dimensão do tempo muito diversa da nossa, transmitindo uma forte impressão de que ele e todo o seu país estão vivendo em mais de um século, como se o Príncipe Henrique o navegador, Vasco da Gama e Magalhães fossem ainda activos na formulação da política portuguesa”, Franco Nogueira (1984: 516 e 517).

cabimento a ideia do desenvolvimento condicionado, isto é, por um lado, controlado política e ideologicamente, inclusivamente em relação aos colonos brancos e, por outro, limitado em função da debilidade da economia portuguesa e das necessidades de acumulação do capital metropolitano.

O desenvolvimento das colónias foi coerente com a política económica do Estado Novo. Destacam-se os seguintes aspectos que justificam esta sintonia:

- A estabilidade financeira tinha como reflexo a directiva da auto-suficiência das contas públicas e externas das colónias.
- Os industrialistas pretendiam que se transformasse as colónias em zonas económicas reservadas, para retirar vantagens comparativas das matérias-primas e como destino de bens da indústria portuguesa, muitas vezes mais caras e de pior qualidade comparativamente com outras possíveis origens. Pretendiam “industrializar a metrópole e colonizar o Ultramar”, Rosas (1996:138²³), numa clara chamada à especialização produtiva já preconizada dois séculos atrás por Adam Smith (industrialização de Inglaterra e importação de trigo).
- O controlo do desenvolvimento tinha expressão na escala reduzida da economia portuguesa e nas limitações à entrada do capital não português (sobretudo inglês, alemão e japonês, este durante o primeiro quartel do século XX), e reflectia o conceito de soberania e de auto-suficiência na perspectiva da construção do império, mesmo que mais lentamente. Os medos relativamente às ambições de outras potências coloniais agudizavam o protecçãoismo.
- A emergência de processos de acumulação locais não funcionalmente articulados com o padrão dominante na metrópole, deveria ser evitado, tendo-se utilizado os seguintes mecanismos:
 - Planeamento da actividade económica, mormente através dos planos de fomento, com claras indicações para a especialização produtiva de forma a evitar-se que as colónias concorressem entre si²⁴, com as exportações metropolitanas e produzissem as necessidades de matérias-primas para a indústria portuguesa.
 - Controlo na abertura e ampliação de actividades económicas, salvaguardando, por um lado, o exposto no ponto anterior e, por outro, para proteger a primazia dos agentes económicos colonos, limitando o acesso dos negros ao exercício de grande parte dos sectores.
- As sucessivas reformas da administração para as colónias foram reforçando, embora por vezes com aparências contrárias, o centralismo e concentração do

²³ Em referência a Nuno Simões O Ultramar como fornecedor e cliente dos industriais e metropolitanos.

²⁴ Sabe-se que se proibia determinadas produções nas colónias de forma a não concorrerem com a metrópole. O vinho é apenas um exemplo. Entre as colónias também houve o desejo de especializações produtivas na perspectiva do incremento das trocas comerciais dentro do espaço português.

poder, a presença crescente do Estado na economia e a missão evangelizadora e civilizacional. O autoritarismo e a repressão reforçadas nas colónias tinham por justificação a eminência das reivindicações independentistas, ao mesmo tempo que se propagava a ideia de construção de uma sociedade multiracial²⁵.

O desenvolvimento ganha impulso a partir de meados da década de 50. Para além das razões já referidas relativamente a Portugal, a guerra (início dos anos 60) forçou a novas alianças regionais²⁶, à redução do nacionalismo económico e ao investimento. A entrada de milhares de soldados e a defesa do território, exigiam a construção de infra-estruturas com o conseqüente dinamismo das indústrias relacionadas (construção e transportes); devido à presença dos militares e ao incremento da imigração de colonos, a procura interna cresceu rapidamente assim como a indústria alimentar e de bebidas; os efeitos multiplicadores destes sectores sobre o conjunto da economia, imprimiram crescimentos elevados durante os últimos 10-15 anos anteriores às independências²⁷. A guerra também acelerou a industrialização metropolitana, sobretudo como mercado de destino.

É a partir da década de 50 que se intensifica a colonização branca nas colónias. Vários eram os objectivos, nomeadamente:

- Desviar a emigração portuguesa da Europa Central para os territórios sob jurisdição portuguesa, aumentando a presença branca, no momento que aconteciam as primeiras independências africanas.
- A necessidade de aumentar a produção de algumas matérias-primas, considerando o crescimento da indústria portuguesa.

A implantação de colonos foi realizada sobretudo com a construção de

²⁵ O discurso multiracial surge nos princípios dos anos 60. Foi nessa altura que muita da legislação discriminatória foi ajustada como por exemplo, o estatuto de indígena, o trabalho obrigatório, a obrigatoriedade de produção de determinadas culturas (como por exemplo o algodão), entre outras. Faz-se um esforço para integrar os africanos em posições subalternas na função pública, em forças militares especiais, existe uma maior abertura no acesso à educação, abrandam-se as medidas repressivas mais degradantes (palmatória, acorrentamento de pessoas para trabalhar, etc.), entre outras.

²⁶ São sobejamente conhecidas as alianças com a África do Sul e a Rodésia. É interessante notar a diplomacia portuguesa aquando da independência unilateral proclamada por Ian Smith. Por um lado, Lisboa não podia concordar com a independência por ter sido um acto ilegal; mas, fundamentalmente, um voto favorável incentivaria atitudes semelhantes nas colónias portuguesas e eram necessários aliados no terreno contra os movimentos de independência. O interesse nacional da defesa da integridade territorial ameaçada prevaleceu, mesmo num voto não favorável à velha aliada Inglaterra: Portugal e a África do Sul foram os únicos que numa Assembleia Geral da ONU em 1965, votaram contra uma resolução anti-Rodésia apresentada pelo grupo de países afro-asiáticos. Para detalhes sobre este assunto, veja-se, por exemplo, Franco Nogueira (1985).

²⁷ O crescimento económico das colónias é tido como fruto da política do Estado Novo nos últimos anos. Ao analisar-se a natureza e o crescimento sectorial, é fácil concluir que é sobretudo consequência da circunstância da guerra que por sua vez implicou a necessidade de novas alianças políticas e económicas regionais para melhor defesa do território. A África do Sul tornou-se o principal parceiro económico de Moçambique, acima de Portugal.

regadios (tal como em Portugal²⁸ e à semelhança da experiência da Itália de Mussolini com a *bataglia del grano* e na Andaluzia em Espanha) e através da abertura de casas comerciais no meio rural. Pretendia-se, ainda, introduzir maior desenvolvimento nas colónias em conformidade com a reconfiguração do capital em Portugal e aumentar a presença branca como sinal de soberania e legitimidade da pátria do Minho a Timor. Nos últimos anos, os colonatos serviram também como “zonas tampão” contra o avanço da guerra. A construção da barragem de Cabora Bassa e o projecto de instalação de um milhão de colonos brancos no vale do Limpopo é o exemplo vivo dessa estratégia.

As alianças tinham por objectivo não só a soberania portuguesa, como também a construção de uma África Austral de regimes brancos e protegida contra o comunismo. A República da África do Sul pretendia manter o conflito longe das suas fronteiras e evitar o contágio dos movimentos de libertação na luta interna contra o *apartheid*. Lisboa recusava a concessão das independências por significar o fim do sonho imperial, importantes alterações na acumulação e industrialização metropolitana e um incentivo às contestações em Portugal. Utilizava como argumentos que os movimentos de libertação eram de inspiração externa e comunista com interesses nos recursos, que o exemplo dos países africanos já independentes indicava o caos, a crise económica e conflitos étnicos e que os africanos não estavam preparados para a independência, por falta de quadros²⁹. Defendia-se que os povos não queriam a independência, que não

²⁸ “... os núcleos de colonização metropolitana podem e devem transformar-se em bom e abundante viveiro de colonos, que no Império Colonial irão fixar a raça e valorizar o território”, Baptista (1993:16), em referência a um parecer relativo a dois projectos de colonização interna, *Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*, nº 192 (10º suplemento) de 29 de Outubro de 1938. Nas colónias, o processo, objectivos, filosofia e discurso eram os mesmos: Segundo Morais (1960), citado em Mosca (2005:60 e 61) “a obra de irrigação do Limpopo destina-se à colonização, entendida esta obra de povoamento pela valorização da população portuguesa, branca e negra e as suas actividades. Feita sem preconceitos de raça e com o pensamento dirigido à unidade secularmente iluminada pela doutrina de Cristo que criou e robusteceu a convivência fraterna do mundo plurirracial português”. Queremos, é certo, que o maior número possível de famílias brancas da metrópole se instale em aldeias do vale do Limpopo, constituindo nelas vigorosos núcleos de colonização, bem arriegados ao solo, possuindo a terra onde labutam, exercendo ali as tradicionais virtudes do agricultor português – tenacidade, sobriedade, apego ao trabalho e amor à família, servindo de exemplo para os seus irmãos de África.

²⁹ Numa entrevista de Salazar, este é claro quanto ao referido neste parágrafo: “Se não há no caso precipitação, quero dizer, se estes novos Estados africanos possuem estrutura administrativa, económica e técnica, suficiente para suporte da sua vida independente; se possuem ou estão a ponto de possuir as elites necessárias à condução do governo. À eficiência da administração, à direcção da economia, à manipulação das finanças: se essa é além disso a vontade real das populações e não só de alguns agitadores políticos, não vejo porque não saudá-los alegremente e não mostrar o nosso contentamento pela formação dos novos Estados. Mas se as condições acima não estão realizadas de facto, podemos ser chamados a ver, depois de um período convulso, uma grande parte de África a leilão, e outras soberanias despontarão a substituir, sob várias modalidades, algumas que actualmente têm a responsabilidade daqueles territórios”, Franco Nogueira (1984:122). Outros autores referem claramente que Portugal não formou os africanos (a Universidade de Lourenço Marques, aquando da independência, possui menos de uma dezena de estudantes negros). Samora Machel um dia disse: “não se pergunta a um escravo se ele quer ser livre, sobretudo quando já se revoltou”.

existia o nacionalismo africano e, sobretudo, acreditava-se numa solução militar.

Salazar possuía a visão imperial com base num ideário civilizacional, com secundarização da construção das bases económicas e organizacionais do Estado, mas com certeza desfasada da realidade de que afinal as colónias não eram mesmo Portugal. Já existia a descolonização de outras potências coloniais, do Brasil e, porque não, do próprio Portugal.

Uma análise histórica de curto prazo permite correlacionar positivamente o desenvolvimento metropolitano com a extracção de recursos e com as relações económicas com as colónias. Contrariamente, numa perspectiva histórica, pode-se argumentar que a colonização foi um factor de atraso. Globalmente e segundo o pensamento de David Landes exposto no livro *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, em Portugal (e também em Espanha, ao contrário de outros países colonizadores), os recursos das colónias foram utilizados para consumo e aquisição bens sumptuários de manifestação de riqueza das nobrezas e das aristocracias arrendatárias, reforçando a organização informal da sociedade em grupos de interesses fechados, como os verdadeiros centros de poder que sobrevivem com base em lutas palacianas da intriga e do amiguismo.

Na senda de Maax Weber, Landes relaciona também o exposto com a influência da Igreja católica; referindo como as religiões podem influenciar positiva ou negativamente o desenvolvimento através da influência dos valores religiosos nos comportamentos económicos dos cidadãos e nas formas de organização da sociedade e do próprio Estado. Considera que a Igreja católica contribui para a formação de mentalidades nostálgicas, do conformismo, da justificação da pobreza quase como um destino predeterminado³⁰, incentiva o gosto pela luxúria e demonstração de sinais de riqueza, em prejuízo da atitude pró-activa perante o risco, do estilo de vida simples conduzindo à poupança e à capacidade de investimento como suportes do espírito empreendedor veiculados pelo calvinismo.

Em termos económicos, a contribuição de Landes permite fundamentar que o contexto institucional (no sentido amplo do termo), dificultaram a inovação e o empreendedorismo, a eficiência e a igualdade de oportunidades. O nacionalismo persistente e o acesso a recursos em reservas económicas geraram ineficiência, falta de competitividade económica, atraso na modernização do tecido produtivo, estrangulando o desenvolvimento social.

6. CONCLUSÃO

A política económica do Estado Novo possuía uma base ideológica que

³⁰ No dia 23 de Novembro, num destacado programa televisivo, foi referido que um estudo revelava que 60% dos portugueses justificavam a pobreza como resultado da preguiça dos pobres e por razões de destino, manifestando-se claramente a ideia que pouco se podia fazer contra essa realidade.

sintetizava elementos políticos, religiosos, éticos e morais. Também nesta componente, Salazar pretendeu a independência de pensamento relativamente às correntes liberais da época. O ideário político mantinha, em coerência, uma perspectiva nacionalista (ou mesmo de isolacionismo) como mecanismo de defesa no que respeita à organização do Estado, à diplomacia externa e à política económica proteccionista, na convicção imperial de auto-suficiência nacional, considerando a riqueza e as potencialidades do conjunto do território.

É a fé das convicções e o poder potencial do império que faz persistir o regime no ideário. O isolacionismo era contrário à abertura económica do pós-guerra; a democratização dos sistemas políticos era correspondida com o antipartidarismo e antiparlamentarismo. Comparativamente com a descolonização de outros países, Salazar introduziu reformas de superfície e manteve uma guerra em defesa do ideal imperial a que não eram alheios um certo desígnio evangelizador, o anti-comunismo, a difusão de valores civilizacionais e o nacionalismo económico de construção de uma grande nação.

É em consequência da convicção e da determinação na implementação do ideário político que são reconhecidos méritos à governação, sobretudo durante os primeiros anos. A disciplina e rigor orçamental que estabilizou financeiramente e moralizou a nação; a habilidade diplomática que evitou a entrada na II Guerra; a posição relativamente à guerra civil espanhola num claro contributo anticomunista; e a capacidade de estabelecer alianças de compromisso em defesa do poder são, possivelmente, os pontos de honra do Estado Novo e do seu máximo representante.

Economicamente, em momento de uma quase generalizada adopção do modelo keynesiano, a política económica mantinha o primado de um “fisiocratismo” secular, a resistência à industrialização, a especialização produtiva de Adam Smith em época de pré-revolução industrial, a subjugação do indivíduo como agente económico quando o liberalismo defendia que o bem-estar social dependia da felicidade das pessoas. A política económica era assim uma mescla de modelos e pensamentos, porém todos eles desfasados das práticas mais comuns nos países desenvolvidos da época.

A centralidade financeira, o nacionalismo, o desenvolvimento condicionado e a colonização, tinham como elementos de sustentação os seguintes: (1) o controlo dos preços ao produtor de bens essenciais e dos salários para manter a inflação e o custo de vida, e, deste modo, viabilizar outros sectores económicos com tecnologia intensiva em trabalho, como consequência do tecido produtivo pouco modernizado e de forma a não elevar o custo de oportunidade do trabalho agrícola, evitando a emigração para as cidades; (2) as restrições no gasto público dificultavam a prestação e os acessos aos serviços de educação e saúde, mantendo a população em níveis de vida de dificuldades, para o que era importante, por outro lado, sustentar a procura interna; (3) o proteccionismo económico para viabilizar sectores económicos pouco eficientes e evitar a concorrência do capital externo; (4) taxas de câmbio e de juros em níveis que dificultasse as importações e o investimento

estrangeiro e políticas creditícias dirigidas (através de fundos, subsídios, etc.) de acordo com os interesses da política económica. Em resumo, uma coerência entre a gestão macroeconómica e os objectivos, no quadro do ideário político.

O desenvolvimento económico esteve, pelo menos até aos anos 50, subordinado à defesa da ruralidade e dos equilíbrios nominais da economia, à preservação dos valores predominantes de uma sociedade fisiocrata, onde a Igreja exercia um papel determinante no controlo social. O desenvolvimento esteve condicionado à preservação da super-estrutura ideológica de forma a se evitarem mudanças sociais de desequilíbrio da ordem instituída. A repressão por um lado, o populismo económico e a propaganda, por outro, eram os instrumentos de estabilização que complementavam as alianças palacianas entre as elites políticas, económicas e a Igreja.

É o conservadorismo político e sociológico a base da resistência cultural às transformações dos dogmas em que assentava o Estado Novo: anti Democracia, anticomunismo e religião; Deus, pátria, império e evangelização, família, Estado acima dos cidadãos, trabalho e sacrifício. Estes elementos reflectem-se no plano económico e político com nacionalismo e protecção económico; com um Estado forte e intervencionista para concretizar a missão (divina para alguns); um aparelho repressivo para manter a “paz social”; uma máquina de propaganda para manipular a opinião pública e manter os valores civilizacionais.

As mudanças aconteceram pela conjugação de factores que se reforçaram mutuamente e que foram referidas no texto. Pode-se sugerir que os factores externos a Portugal foram os determinantes, designadamente o isolamento político e diplomático e a questão colonial (guerra). Mas as transformações eram superficiais; alterações fundamentais implicavam mudanças de paradigmas de organização do Estado, dos pressupostos em que assentava o regime e o próprio Oliveira Salazar³¹. Com a morte do presidente do Conselho estava aberta a possibilidade de mudanças internas que não obstante, continuavam sendo cosméticas. Foi necessário um conflito que apenas não foi violento porque não houve capacidade de resposta.

Se existem dúvidas sobre a verificação da hipótese que procura relacionar a influência de Salazar nas políticas económicas do Estado Novo, pode-se, inversamente, afirmar sem dúvidas que não existe nenhum conflito entre a formação política e profissional, a ideologia e o padrão de valores morais e éticos do presidente do Conselho com as políticas do Estado Novo. Por exemplo:

- A disciplina e política orçamental restritiva nada têm a ver com o sentido de poupança e vida modesta? E com os receios da influência externa sobre a economia?

³¹ Historicamente, a grande maioria dos regimes autoritário caíram após ou em consequência da morte do seu principal dirigente, como por exemplo os fascismos na Europa e as ditaduras em África. Quando isso não aconteceu foi porque os regimes, apesar de autoritários e por quaisquer motivos, possuíam alguma base social de apoio. Não era o caso do Estado Novo, pelo menos na sua fase final.

- As dificuldades e ritmos de transformação/adaptação das políticas não estão algo relacionados com a timidez, ponderação e prudência do Dr. Salazar? Ou com a fé nos valores morais e civilizacionais que defendia?
- O nacionalismo político e económico do Estado Novo nada tem a ver com as origens e percurso geográfico do Dr. Oliveira Salazar entre Vimieiro, Viseu, Coimbra e Lisboa? Estará relacionado com os medos pelas influências externas e a preservação da sua educação seminarista?
- A ruralidade que persistiu até finais dos anos 40 tem algo a ver com as suas origens sociais? E com os valores do trabalho árduo? E com os receios da formação de uma elite económica que dominasse o poder político e de uma classe operária que alterasse a “paz social”?
- A não descolonização está relacionada com a missão evangelizadora e a sua religiosidade? E com a missão divina de construção de um império?
- A fé e as relações com a Igreja produziram o anticomunismo em Salazar? Parte da política externa está associada a estes elementos?

Fazer um juízo sobre o Estado Novo à luz da história tem uma resposta curta: num raciocínio temporal de curto prazo, teve um papel importante até ao fim da II Guerra, considerando o contexto da época e o nível de desenvolvimento da sociedade portuguesa. Ficou ultrapassado e a defesa de valores e de um ideal imperial fez resistir o regime suportado por um forte aparelho repressivo. Com isso, Portugal atrasou-se no desenvolvimento, na modernização e na cultura. Na memória da geração contemporânea fica, para uns, um homem patriota que defendeu os interesses nacionais, os valores de uma civilização e uma determinada ética comportamental; para outros, um ditador que atrasou o desenvolvimento da nação, que aprofundou uma ditadura impiedosa e não evitou o país de uma guerra com sacrifícios de todo o tipo, mas sobretudo, dor humana que perdurará por décadas.

Numa perspectiva histórica, Portugal seguiu a sua trajetória durante o Estado Novo: um país economicamente dependente, onde as elites são fundamentalmente rendeiiras, com pouca iniciativa e empreendedorismo; um poder que gira em redor de grupos de interesses e de *lobbies* formado por elites maioritariamente medianas ou medíocres culturalmente; uma sociedade nostálgica que tem “medo de existir” e que espera do quase omnipresente Estado as muletas para progredir e dele obter rendas e facilidades. E estes são, sem dúvida, obstáculos ao desenvolvimento. Estas características são históricas e endémicas à sociedade portuguesa. O Estado Novo, com as suas características, representou apenas um período da trajetória histórica. Conforme os institucionalistas referem, é preciso algum evento ocasional que produza alterações da trajetória. Esse evento já aconteceu?

Bibliografia

- BAPTISTA, Fernando Oliveira Baptista (1993):** *A Política Agrária do Estado Novo*. Lisboa, Edições Afrontamento.
- BRANDÃO DE BRITO, José Maria (1988):** “Os engenheiros e o pensamento económico do Estado Novo”. Em AAVV, *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa.
- LANDES, S. David (2001):** *A riqueza e a pobreza das nações. Por que algumas nações são tão ricas e outras tão pobres*. Lisboa, Gradiva.
- MESQUITA, António Pedro (2007):** SALAZAR na história política do seu tempo. Lisboa, Caminho.
- MIGUEL, Ruy (2004):** *Salazar. O Pensamento Intemporal*. Lisboa, Cadernos do século XXI, Nova Arrancada.
- MOSCA, João (2006):** *Economia de Moçambique, Século XX*. Lisboa, Editora Instituto Piaget
- NOGUEIRA, Franco (1977):** SALAZAR os tempos áureos (1928-1936). Coimbra, Atlântida Editora.
- NOGUEIRA, Franco (1980):** SALAZAR o ataque (1945-1958). Coimbra, Atlântida Editora.
- NOGUEIRA, Franco (1984):** SALAZAR, a resistência (1958-1964). Coimbra, Atlântida Editora.
- NOGUEIRA, Franco (1985):** SALAZAR o último combate (1964-1970). Coimbra, Atlântida Editora.
- NOGUEIRA PINTO, Jaime (2007):** SALAZAR, visto pelos seus próximos. Lisboa, Bertrand Editora.
- ROLLO, Fernanda (2006):** *Portugal e o Plano Marshall*. Lisboa, Editora Estampa.
- ROSAS, Fernando (1996).** *O Estado Novo nos Anos Trinta, 1928-1938*. Lisboa, Editorial Estampa.
- ROSAS, Fernando e BRANDÃO DE BRITO, J. M. (1996):** *Dicionário de História do ESTADO NOVO*. Volumes I e II. Lisboa, Circulo de Leitores.
- SARAIVA, António José e RODRIGUES, António da Cruz et al. (1988):** *SALAZAR sem máscaras*. Lisboa, Nova Arrancada.